

Apontamentos sobre imperialismo e democracia*

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida**

Resumo:

Nas últimas quatro décadas, o debate sobre o Estado foi praticamente dominado pela problemática liberal, o que foi decisivo para restringir a concepção de democracia também à sua configuração liberal. O primeiro objetivo deste artigo é criticar essa unilateralidade, que oculta os vínculos privilegiados desse regime com o imperialismo em sua terceira fase, ou seja, desde 1945, sob a hegemonia dos Estados Unidos da América. O segundo objetivo é destacar a necessidade de retomar o debate sobre novas perspectivas de democracia sem as quais é impossível avançar na luta por profundas transformações sociais.

Palavras-chave: Imperialismo; democracia liberal; dependência; colonialismo; teoria.

Notes on imperialism and democracy

Abstract:

In the last four decades, the debate on the State was practically dominated by the liberal problematic, which was decisive in restricting the conception of democracy to its liberal configuration as well. The first objective of this article is to criticize this unilaterality, which hides the privileged ties of this regime with imperialism in its third phase, that is, since 1945, under the hegemony of the United States of America. The second objective is to highlight the need to resume the debate on new perspectives of democracy without which it is impossible to advance in the struggle for profound social transformations.

Keywords: Imperialism; liberal democracy; dependency; colonialism; theory.

* Versão ampliada do artigo “Cuba, imperialismo e democracia”, publicado em *A Terra é Redonda*, 02 set.2021. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/cuba-imperialismo-e-democracia/>

** Livre-docente em Ciência Política. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica São Paulo, São Paulo-SP, Brasil. Autor de *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: EDUC, 2014; e *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: EDUSC, 2006. Editor da revista *Lutas sociais*. End. eletrônico: luflavio40@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9493-2647>

Introdução

Este artigo é parte de um projeto bem mais amplo que passa pelo exame da dimensão ideológica presente nas teorizações sobre democracia, especialmente a democracia liberal ou burguesa. Trata-se de um tema crucial para as lutas proletárias e populares há quatro décadas sob a forte influência das posições neoliberais acerca do Estado. Posições que, no mesmo movimento em que ocultam o caráter de classe desse aparato político, deslocam o debate para a sua pretensa minimização/maximização. Um dos impactos desta operação ideológica é a flutuação da problemática dos regimes políticos, os quais são desvinculados de qualquer determinação pela estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista. Desta forma, abre-se espaço para o discurso que privilegia as relações entre capitalismo e liberdade individual. Excluída a perspectiva das relações entre Estado e classes sociais, também se prepara o caminho para a instalação do (neo)desenvolvimentismo em um campo aparentemente antagônico, configurando-se uma “escala” de intervencionismo estatal que se estende do estado mínimo ao totalitário¹.

Uma importante limitação das considerações apresentadas aqui merece esclarecimento explícito. Aqui não se faz uma análise concreta da democracia cubana, mas de como, no interior das teorizações que apresentam a democracia liberal como ponto limite da participação popular na política, erguem-se limites para a compreensão deste próprio regime, o que repercute na criação de bloqueio teórico-ideológicos para a busca de alternativas, entre as quais se inclui, enredado em imensas dificuldades, a Revolução Cubana.

Entre o clamor por um novo AI-5 e o “Vai pra Cuba!”

Em meio a esta confusão generalizada, aquela “certeza”: em Cuba existe uma das mais ferozes ditaduras do planeta. Não por acaso, um dos motes mais em uso durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e da expansão inicial do bolsonarismo, independentemente de qualquer informação a respeito da sociedade cubana, o berro “Vai pra Cuba” se tornou um dos campeões da preferência durante as manifestações de rua e bateções de panelas por diversos segmentos da classe média brasileira.

Mas o problema não se restringe a classes (ou segmentos) desprovidos de grandes informações sobre regimes políticos. A quase totalidade da produção intelectual sobre o tema também comete verdadeiros atentados intelectuais contra a sociedade cubana. Este foi o principal motivo para consultar alguns textos muito influentes no debate contemporâneo sobre a democracia. Voltei-me inicialmente

¹ Deixo de lado, no momento, as referências ao restabelecimento de um suposto Estado Democrático de Direito desprovidas de sinalizações sobre onde e quando ele se estabeleceu.

para um livro muito divulgado nas universidades de boa parte do mundo, inclusive no Brasil: *Modelos de democracia*, de Arend Lijphart (2003). E, mais recentemente, fiz a releitura de um célebre texto de Norberto Bobbio, *O futuro da democracia* (1986, p. 16-39), que, desde sua publicação, em 1984, teve enorme repercussão, inclusive entre as esquerdas que, de um modo ou de outro, se afastavam do marxismo.

Apesar de nossa imensa solidariedade com as lutas que se desenrolam naquela ilha e a partir dela, especialmente após a vitória de 1959, nunca achei que Cuba chegou ao socialismo. Para além do que homens e mulheres puderam fazer, as circunstâncias históricas foram mais favoráveis a José Martí do que a Marx e Engels, o que já é impressionante. Por suas virtudes e até limitações, a Revolução Cubana contribui enormemente para demonstrar a possibilidade do socialismo e muito mais.

Começando pelas limitações, a situação que tem acompanhado o processo cubano contribui para o exame de como uma sociedade em meio a tamanha situação de escassez não pode sequer contribuir para a catástrofe ambiental que assola o planeta. Pedreira que, por outro lado, não impediu de apresentar diversos indicadores sociais muito positivos, às vezes os melhores da América Latina, capacidade de resistência, avanços científicos e solidariedade internacional. E tomara que contribua para que venha à tona um tema que é sério candidato à medalha de ouro dos rejeitados pelas Ciências Sociais: o das relações entre democracia e imperialismo, especialmente na atual fase deste e frente aos impasses daquela.

Atribuir importância ao tema não implica desatenção para com a enorme importância histórica da democracia liberal nem, muito menos, ignorar a participação das lutas proletárias e populares no processo de constituição deste regime. O que, por outro lado, não leva necessariamente a conclusão de que regimes políticos nos quais se elegem certos presidentes neste início de século XXI em países onde o número de desempregados e famintos se contam aos milhões são o final da História. Enfim, estudar e se opor ao imperialismo não implica satanizar povos ou países de qualquer lugar do mundo, mas se opor a sistemas de exploração e opressão.

Casa de ferreiro, espeto de pau

Segundo uma torrente de autores, nem se passaram dez anos da vitória revolucionária e, em Cuba, a ausência de pluripartidarismo e a presença da propriedade estatal das empresas foram, mais uma vez, letais para as liberdades e a democracia. E o país é apresentado como uma ditadura ou, pior, um totalitarismo que se entranhou em todos os poros da sociedade.

O problema é que a mesma defesa das liberdades e da democracia foi a justificativa que o governo Kennedy apresentou para a fracassada invasão a Cuba, que ele, recém-eleito pelo Partido Democrata, autorizou em abril de 1961. Invasão preparada durante o segundo mandato do republicano Eisenhower contra uma

revolução que derrubou a ditadura de Fulgêncio Batista, cujo golpe de Estado, desferido em 1953, foi apoiado no primeiro mandato dele mesmo, Eisenhower, pelo mesmo partido, o Republicano. Aliás, o mesmo que deu prosseguimento, em estreita articulação com a direita militar, a burguesia mercantil-bancária e um pool de partidos políticos liderados pela União Democrática (sic) Nacional, à terrível ofensiva contra o importante governo Vargas (bem pelo eleito pelo voto direto em 1950), que, praticamente deposto, se suicidou em agosto de 1954. No mesmo ano, o jovem Guevara, de passagem pela Guatemala, assistiu à derrubada do governo democrata e progressista Jacobo Arbenz por um golpe apoiado ativamente pelos EUA e no qual a participação da empresa estadunidense *United Fruit* contribuiu para popularizar a carinhosa expressão “banana republic”. Por falta de espaço, apenas observo que, neste mesmo ano de 1954, os EUA começaram a substituir o derrotado colonial-imperialismo francês na então chamada Indochina, o que desembocou na traumática guerra contra o Vietnã. Durante este longo conflito, os dois partidos estadunidenses se alternaram fraternalmente no “poder” (perdão, governo) e participaram da derrubada de três governantes latino-americanos: Goulart, no Brasil, Allende, no Chile, e Isabel Peron, na Argentina. Esta lista de intervenções pelo mundo afora está longe de ser exaustiva.

Invertamos a questão. Cinquenta e nove anos atrás, quando se iniciou o bloqueio a Cuba, como estavam as liberdades e a democracia nos EUA? Casa de ferreiro, espeto de pau.

Os admiráveis embates pelos direitos civis avançavam nos EUA ao longo dos anos de 1950, porém ainda não era hora e vez de Martin Luther King contar que sonhou com a integração do povo negro a uma liberal-democracia (agosto de 1963), o que, no plano jurídico, só aconteceria com a aprovação da primeira e da segunda Lei dos Direitos Civis (1964 e 1968). Esses avanços não evitaram que, mais de meio século depois, em Minneapolis, agentes do Estado impedissem o trabalhador negro George Floyd de respirar.

Problema: Lyndon Johnson, o mesmo presidente que assinou as leis dos Direitos Civis (e políticos, assim como vários sociais), ordenou meticuloso suporte ao golpe de 1964 no Brasil, marco inicial de uma ditadura que, sempre em nome das liberdades e da democracia, esticou-se até 1985 e, como sofremos, deixou sequelas e saudades. Durante a ditadura militar, os passaportes brasileiros levavam carimbado o fraterno aviso “Não é válido para Cuba”.

Sessenta anos de bloqueio é muito tempo em um século que, nas suas primeiras seis décadas,, passou por tantas e profundas mudanças históricas, como guerras mundiais, revoluções, lutas de libertação nacional, progressos científicos e tecnológicos e, claro, reviravoltas extraordinárias nas relações entre os países, em especial da parte dos EUA. Neste caso, sempre em defesa da democracia?

Longe disso. Ocorreram golpes sanguinários em diversos países e continentes. Nem citemos a Bolívia, onde os golpes faziam fila, ou a longeva

ditadura Stroessner, no Paraguai. Mas como ignorar duas ditaduras sanguinárias como as implantadas no Chile e na Argentina, ambas apoiadas, desde a preparação, pelos EUA, então sob o governo de um presidente republicano? E a ditadura brasileira, de cuja realização tanto se orgulhava o já citado democrata Lyndon Johnson? Observe-se, nesses casos, a saudável rotatividade no “poder” entre governos republicanos e democratas. O que não dizer da África, onde as principais lutas de libertação nacional (e contra o apartheid) se defrontaram com os EUA, fosse qual fosse o partido no governo deste país, e com grandes potências também com regimes liberal-democráticos da Europa Ocidental, na vigência de governos dirigidos por social-democratas ou conservadores. Aliás, o papel dos Estados europeus ocidentais, assim como dos EUA foi, no geral, de combate às lutas de libertação na África pelo simples motivo de que os povos colonizados neste continente estavam sob o jugo desses países.

Até o presente momento, este artigo se referenciou basicamente em aspectos empíricos. É hora de discutirmos, mesmo que brevemente, algumas formulações teóricas bastante assentadas sobre o tema, ou seja, as relações entre democracia liberal e imperialismo. Neste sentido, aqui nos limitaremos a dois aspectos: quais as configurações das formações sociais nas quais vicejam as democracias liberais consolidadas ou de “longa duração”? O que as mais importantes destas formações sociais têm em comum?

Na abordagem preliminar das duas questões, recorreremos aos dois textos citados.

Um mapa da democracia

Diversos estudos demonstram empiricamente que democracias liberais, mesmo atrasadíssimas e em crise, só existem quando articuladas a capitalismo e mais de um partido político. O que, apesar da contribuição, não implica necessariamente cientificidade.

No livro acima citado, Arend Lijphart, com a colaboração de pesquisadores de vários países, fez um mapeamento das democracias no mundo de 1995, quando a chamada terceira onda de democratização (Huntington, 1994²) estava forte.

Mesmo assim, observo alguns problemas teórico-metodológicos que se relacionam, no livro de Lijphart, com o tema deste artigo.

A partir da célebre definição de democracia atribuída a Lincoln (“governo do povo, pelo povo e para o povo”), Lijphart propõe uma alternativa a “pelo povo” (*by the people*): “no caso de democracia representativa, governo pelos (*by*) representantes do povo” (2003, p. 17). O resultado imediato é que o autor deixa de lado qualquer

² Publicação original de 1991.

referência a importantes contradições reais e potenciais intrínsecas às sociedades contemporâneas, inclusive contradições fortemente determinadas pelas diferentes inserções no sistema internacional. Em um livro de 380 páginas (369 na 2ª edição em inglês), o autor não se refere uma vez sequer a exploração/dominação de classe, imperialismo ou dependência. E, para inserir as democracias no mapa, recorre acriticamente aos relatórios da *Freedom House* (notoriamente vinculada ao imperialismo) publicados a partir de 1972, que atribuem a cada país do planeta uma de três classificações: “livre”, “parcialmente livre”, “não livre” (Lijphart, 2003, p. 69-70).

O autor expõe um levantamento, por décadas, das democracias que, a partir de 1945 até 1996, tenham durado, no mínimo, 19 anos. Os sete países que ingressaram em 1945 eram todos, com exceção do Canadá, europeus. No decorrer do período, ou seja, até 1977 (19 anos antes de 1996), houve alguma diversificação continental, mas o padrão se manteve: mais da metade (19) na Europa, uma na África continental (Tanzânia), duas na imensidão do continente asiático (Israel e Índia), também duas na América do Norte (Canadá e EUA), uma na América Central (Costa Rica), duas na América do Sul (Colômbia e Venezuela). Se o Velho Mundo foi salvo pela Europa, o Novo se virou graças a quatro ilhas do Caribe: Barbados, Jamaica, Bahamas e Trinidad-Tobago. Na Oceania, a Austrália e duas ilhas pouco habitadas, Nova Zelândia e Papua-Nova Guiné, também estão no mapa da democracia.

Com isso já chegamos à segunda particularidade. Mesmo se retirarmos, em razão da importância político-econômica, o Reino Unido, o Japão e a Austrália do grupo “insular”, ainda restariam dez pequenos paraísos políticos cercados de água por todos os lados, ou seja, 36% do total das democracias. Todavia, sua importância numérica não se traduz em lugar privilegiado no ranking dos países estudados quando se fala em democracia. Os grandes debates sobre regime político se voltam, em sua esmagadora maioria, para os países que ocupam lugar “privilegiado” no sistema capitalista mundial.

Até por volta de 1970, as forças políticas que pretendiam, de um modo ou de outro, transformar o mundo apontavam sérias limitações na democracia liberal, inclusive lhe atribuindo um importante papel no sentido de bloquear as tentativas de realizar transformações sociais de maior alcance e profundidade. Mas, no final da década e, mais ainda, ao longo dos anos 1980, a retirada de amplos contingentes de intelectuais (Petras, 1996) dos embates contra a ordem foi incontornável, o que implicou abandono de posições críticas em relação à democracia liberal. Não se trata, aqui, de fazer uma análise das determinações sociais dessas mudanças ocorridas principalmente na Europa Ocidental e na América Latina. Este não foi o caso de Bobbio cuja grandeza consistiu em solidificar suas posições teórico-políticas e se comunicar com um público bastante amplo que, embora decepcionado com as tentativas de transformação socialista, se recusava a trilhar os caminhos que, com maior ou menor sinuosidade, levavam ao campo conservador ou mesmo

reacionário. Articulando estilo comunicativo e grande erudição, Bobbio fortaleceu sua posição de intelectual público no combate ao marxismo e na defesa dos fundamentos da democracia liberal. Para o que interessa a esta análise que, em textos futuros, tentaremos desenvolver bem mais, apresento argumentos de Bobbio em relação a esse regime. Nossa hipótese geral é que, com uma abordagem formalmente mais à esquerda, Bobbio modula e dignifica um rol de teses não tão atraentes quando as lemos pela lavra de seus autores mais reconhecidos, em especial os democratas elitistas anglo-saxônicos.

Segundo Bobbio (1986, p. 36),

a diferença substancial” entre democracia e autocracias se manteve e “o conteúdo mínimo do estado democrático não encolheu: garantia dos principais direitos de liberdade, existência de vários partidos em concorrência entre si, eleições periódicas a sufrágio universal, decisões coletivas ou concordadas (nas democracias consociativas ou no sistema neocorporativo) ou tomadas com base no princípio da maioria, e de qualquer modo sempre após um livre debate entre as partes ou entre os aliados de uma coalizão de governo.

A partir daí, o autor argumenta que: caso se inclua “no conceito geral de democracia a estratégia do compromisso entre as partes através do livre debate para a formação de uma maioria”, a definição que ele mesmo propõe “reflete melhor a realidade da democracia representativa” e não da democracia direta (id, p.12). Daí a assertiva de que a democracia é “um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos”.

Embora diga que aborda a democracia real, Bobbio, no que refere às origens deste regime, afirma que ele “nasceu de uma concepção individualista da sociedade e do estado”, ou seja, concepção que postula anterioridade dos indivíduos em relação a ela. Daí a ênfase que o autor confere a “três eventos”: o contratualismo, o advento da Economia Política e a corrente utilitarista, todos eles centradas na importância do indivíduo em relação ao todo social.

Esperamos que, sem a necessidade de resumir todo o texto de Bobbio, já se perceba nesta formulação a ênfase no indivíduo e a ausência de qualquer menção que atribua importância às relações sociais, especialmente, relações de classes. Esta abordagem permite a Bobbio conceber as relações sociais onde se desenvolveu a democracia liberal como essencialmente harmônicas.

Ao se aproximar do final da conferência (e do artigo), Bobbio observou que cumpriu o que se propôs, ou seja, examinar os perigos internos pelos quais a democracia tinha passado e, segundo ele, apesar dos pesares, sobrevivido bem, pois não havia risco de degenerarem em autocracias. Não abordou a situação na Europa do Leste porque lá, “as democracias foram sufocadas no nascedouro ou não

conseguiram nascer”, porém não devido a dificuldades internas, mas externas. E recorreu, com humor, a mais um argumento para não abordar estas últimas: “Não falei dos perigos externos porque o tema a mim reservado dizia respeito ao futuro da democracia, não ao futuro da humanidade. E neste, devo confessar, não estou disposto a fazer qualquer aposta” (id., p. 37).

Todavia, Bobbio não resistiu à ideia de fazer uma rápida observação sobre o que não queria falar e produziu, “a título de constatação final”, aquela que talvez seja a passagem mais citada de sua exposição: “nenhuma guerra explodiu até agora entre estados dirigidos por regimes democráticos. O que não quer dizer que os estados democráticos não tenham feito guerras, mas apenas que jamais as fizeram *entre si*” (id, grifos dele).

Não se trata de analisar o conjunto das obras de Bobbio e de Lijphart, até porque as diferenças metodológicas e de estilo são imensas. A do segundo é mais quantitativa e não chega a trabalhar muitos conceitos. A de Bobbio, intelectual mais culto e vivido, é marcada pelo recurso à análise qualitativa exposta com brilho e erudição. Mesmo assim, no que se refere ao esquema geral de argumentação, a proximidade é grande.

Surpreendentemente, em toda a coletânea onde se insere o texto selecionado aqui, Bobbio não se refere uma vez sequer a “imperialismo”; e, no texto selecionado, tampouco aparece a palavra “capitalismo” (em outros textos da coletânea, sim). A ausência desses conceitos, além de surpreendente no caso de Bobbio, que conhecia profundamente o marxismo e interagiu com diversos marxistas de várias gerações, relaciona-se com a representação das sociedades onde vicejam democracias liberais como constituídas fundamentalmente por indivíduos que se comportam como tais em praticamente todas as situações políticas. Sim, eles se organizam em grupos segundo as modalidades de profissão, disparidades de riqueza, formas de associativismo, interesses corporativos etc. Mas esses coletivos não são objetivamente estruturados, o que oculta o papel estruturante das relações de produção, da estrutura jurídico-política e da ideológica. Os indivíduos aparecem, de fato, como livres e soltos, tudo se tratando como contingências, o que possibilita a imagens de coletivos que se contrapõem no plano corporativo e constituem grupos de pressão que, por mais intensa que seja a competitividade, sabem que é preciso negociar e, portanto, fazer concessões e buscar acordos. Ou seja, é impensável que um grupo se reconfigure e se torne uma força revolucionária.

Fica a impressão de que os burgueses e os trabalhadores em geral se relacionam, divergem e fazem acordos em um terreno plano e aberto, sem a existência de, por exemplo, um aparelho estatal que solidifique relações que constituem explorados e exploradores como indivíduos livres e fundamentalmente iguais, ou seja, cidadãos.

Daí o alerta

a quem deposita a esperança de uma transformação no nascimento dos movimentos, que a democracia como método

está sim aberta a todos os possíveis conteúdos, mas é ao mesmo tempo muito exigente ao solicitar o respeito às instituições, exatamente porque neste respeito estão apoiadas todas as vantagens do método e entre estas instituições estão os partidos políticos como os únicos sujeitos autorizados a funcionar como elos de ligação entre os indivíduos e o governo.

Ou seja, o espaço social está reconfigurado de modo a, mesmo em regime democrático, os partidos têm a função de intermediar indivíduos (não classes) e governo (sem Estado?). Os burgueses se limitam a relações individuais, via partidos, com o governo? Ou, nas formações sociais capitalistas, o Estado é uma instância de organização política da burguesia como classe e desorganização do proletariado, uma e outra condições imprescindíveis à exploração capitalista?

O problema necessariamente se desdobra, pois, sem falar em capitalismo fica difícil examinar um estágio deste, o imperialismo, e, portanto, nem se coloca a necessidade de estudar as fases deste último.

Imperialismo e democracia

A terceira observação tem a ver diretamente com o tema deste artigo. Todos os países imperialistas estão incluídos na pequena lista organizada por Liphard. E nenhum que adotasse, naquele momento, posições anti-imperialistas.

Casualidade? Ou vale a pena considerar a hipótese de que, desde o início Guerra Fria, existe correlação entre os regimes políticos de cada país e a modalidade de inserção destes na corrente imperialista em escala planetária? Neste período, houve, no mínimo, forte tendência dos países imperialistas a adotarem a democracia liberal; e, em contrapartida, manteve-se a “flexibilidade” dos dependentes em relação a regimes políticos³.

Ao justificar a sua opção de, naquele momento, não analisar as “ameaças externas” à democracia, Bobbio observa que, para fazê-la teria de analisar “as dificuldades externas da democracia que dependem da posição dos diversos países no sistema internacional”.

Será que esta inserção na corrente imperialista ocorre como se os países fossem bolas de bilhar em mesa plana onde só se tocam epidermicamente? Ou, pelo contrário, existem importantes nexos entre as relações internas a uma formação social dependente e as – digamos – assimetrias no sistema internacional?

Desde a Guerra Fria, os EUA assumiram o papel de xerife benevolente (?), sempre intervindo na “defesa das liberdades e da democracia” em todo o planeta,

3 O que, pelo menos, fornece a gororoba da eterna juventude a essas “jovens” democracias sempre “em formação”, portanto, “frágeis”.

mesmo que isso leve à destruição de países (Líbia, Iraque), ditaduras longevas e de alta letalidade, estruturas que mantêm países de imenso potencial como recantos de desigualdades extremas (Brasil), tentativas de fazer um país retroagir à Idade da Pedra (Vietnã), ótimas relações com ditaduras filofascistas, que sobreviveram por duas décadas ao fim da II Guerra Mundial (Portugal e Espanha)? Apenas um exemplo mais concreto e bem conhecido: os grandes meios de comunicação brasileiros, juntamente com as forças sociais dominantes internas e externas, EUA à frente, participaram ativamente do golpe de 1964 (aliás, para evitar uma “nova Cuba” de grandes proporções).

Sim, no geral⁴, é empiricamente correta a tese de que países de democracia liberal não guerrearam entre si desde o início da Guerra Fria, pois antes, dada a insuficiência da amostragem (pouquíssimas democracias liberais) não faria sentido tocar no assunto. Também se poderia argumentar que os países imperialistas estavam muito ocupados com o uso da força militar na generosa empreitada de prosseguir com o fardo do homem branco junto às colônias, semicolônias e movimentos de libertação colonial, além de eventuais rebeldias no interior do campo cada vez maior e diversificado das formações sociais dependentes.

Uma outra explicação, não excludente, para este “acordo de cavalheiros” sinaliza o início, no pós-1945, de uma nova fase do imperialismo. Este se reconfigurou, passando a se constituir de duas camadas: de um lado, a dos países imperialistas da Europa Ocidental e o japonês; e, acima desta e exercendo uma sólida hegemonia sobre ela, o imperialismo estadunidense (Poulantzas, 1978, p. 45-74). Esta situação de paz entre os grandes tornou possível ao “Ocidente” impor uma série quase infinita de guerras a povos de todo o planeta.

O problema é que esta hegemonia dos EUA apresenta fortes sinais de crise, e, como diversos analistas afirmam, abre caminho para um mundo bem mais caótico ou multipolar (ou ambas as situações)⁵.

⁴ Pois existem importantes exceções como, por exemplo, a mencionada intervenção dos EUA para derrubar o governo de Jacobo Arbenz; o envio de força militar para o golpe de 1964 no Brasil, ajuda (?) que, no processo, se revelou desnecessária; e, no mesmo ano de 1983 em que Bobbio pronunciou a conferência que deu origem ao texto aqui comentado, os EUA invadiram e depuseram o governo de Granada, ação que foi condenada pela Assembleia Geral da ONU. Condenação que, em relação ao bloqueio a Cuba, ocorre todos os anos desde 1992, exceto no ano passado (2020) em razão da pandemia de covid-19.

⁵ A este respeito, a literatura é imensa e bastante diversificada teórica e politicamente. Cite-se, por exemplo, a obra sob diversos aspectos pioneira (e prudente) de Giovanni Arrighi (1996; 2007) e de Arrighi e Silver (2001); e a reviravolta espetacular efetuada por Brzezinski (1997) de uma desvairada arrogância sobre a única potência verdadeiramente global à aceitação da tese do deslocamento do poder mundial para a bacia do Pacífico, deixando os EUA como única compensação a tarefa, caso se disponham, de pacificar as disputas que surgirão entre China, Japão, Índia e Paquistão, os quatro pretendentes à nova hegemonia (Brzezinski, 2012).

Mas a principal problematização da lei de Bobbio talvez se possa fazer, inicialmente, em relação aos idos de 1918, quando grandes países liberal-democráticos atacaram a revolução bolchevique. Só saíram da futura União Soviética, malsucedidos, em 1920, e com lições de democracia a aprender, como, por exemplo, o sufrágio feminino e os direitos ao trabalho, ao aborto, ao divórcio, à diversidade sexual e à autodeterminação nacional, além de uma política bem mais avançada em relação à diversidade étnica⁶.

Talvez as ponderações, ao se desenvolverem e se complexificarem, contribuam para se explicar a necessidade de, ao se calibrar precisamente as virtudes de um regime político, atenuar o “by the people” (Lijphart) ou insistir no exclusivismo conferido à democracia liberal (Bobbio).

Será que só temos um caso de agressão militar por países de regime liberal-democrático a tentativas de criar, a partir de outras relações de classes, nos planos interno e internacional, novas democracias?

Isso nos leva de volta ao caso cubano. Será este é o segredo oculto da ênfase conferida à exclusividade da democracia liberal? Mas diversas intervenções militares Estados liberal-democratas, como os EUA, a Inglaterra e a França, parecem pelo menos sinalizar que, mais do que a paixão pela democracia liberal, o que impulsiona bloqueio e outras formas de violência é a recusa de perspectivas de transformações sociais. Nesse contexto, ater-se a esta democracia, inclusive à tarefa de aperfeiçoá-la, por maior que seja a importância tática (o que seria um grave erro ignorar), é contribuir para uma séria defensiva teórica e política. Ao contrário de capitular nesses dois planos, importa insistir no esforço, inclusive teórico, no sentido de se construir democracias que, apesar das peremptórias desqualificações, sejam muito mais democráticas do que qualquer democracia liberal.

Neste caso, talvez se perceba a necessidade de se refletir sobre as determinações que impelem a um sem número de guerras que fortíssimos Estados imperialistas com regimes liberal-democráticos fazem contra países dependentes ou mesmo colônias e semicolônias que procuram acoplar a democracia a outras relações de poder político. Mais ainda, talvez isso ajude a decifrar a persistência e a profundidade do impressionante sufoco que a maior potência do planeta impõe internacionalmente, ao longo de impressionantes seis décadas, a um pequenino país “somente” porque este procura construir um sistema de participação popular distinto.

E Cuba?

Ficam para outro artigo os problemas advindos das fortes mudanças geopolíticas que acompanharam a atual fase do imperialismo e deixaram a Ilha em uma situação extremamente desfavorável. Apenas observamos que os países

⁶ Acerca dessas e outras questões que precisam voltar ao debate, consultar Jinkings e Dória (2017).

euroasiáticos que restaram do antigo e desunido campo que se proclamava socialista aparamaram suas arestas e formam, nesta fase do imperialismo, um bloco bem mais coeso, geopoliticamente contíguo, militarmente respeitável e com linhas de ação bastante pragmáticas no campo internacional.

Restou a Cuba, sem riquezas naturais, sem desenvolvimento das forças produtivas, sem poderio bélico, tão descolada da China e tão perto dos Estados Unidos, o difícil papel de ser *gauche* na vida.

O que destacamos no momento é que lá, diferentemente do que ocorreu, por exemplo, no Chile durante o governo Allende, o processo de participação popular, apesar da menor amplitude do leque, ultrapassou o limiar da democracia liberal. E, embora, até o momento, nenhuma força política o fizesse retroagir para aquém desse limite, houve grande perda de impulso em razão das dificuldades para avançar no rumo do socialismo. Por exemplo, o grande desafio não enfrentado pelas tentativas de revolução socialista é encontrar os meios de implantação de um pluripartidarismo popular e proletário, sem o qual o risco de fusão entre partido e estado se torna exponencial. Por outro lado, em estado de guerra com a maior potência político-militar do planeta, como tem sido a situação de Cuba desde 1961, o experimento pluripartidário acarreta extrema vulnerabilidade.

Porém, não custa perguntar aos que criticam severamente o regime político cubano, a quantas anda a participação popular nas decisões tomadas a partir do estado brasileiro? E do estadunidense? Qual a qualidade da democracia na Colômbia? E nos países da União Europeia? Qual o regime político do Catar, a aprazível sede da próxima Copa do Mundo? Qual a cientificidade do relatório 2021 da *Freedom House*, no qual o Haiti aparece como “parcialmente livre” e Cuba, como sempre, “não livre”? Haja bloqueio ideológico!

A participação popular nas decisões políticas em Cuba, embora tenha avançado (e recuado) durante os últimos sessenta anos, não teve como produzir um sistema de representação partidária congruente com um processo revolucionário socialista que, aliás, travou. Mas, convenhamos, é de extremo mau gosto comparar um sistema partidário como o que gera Centrão o tempo todo, inclusive na Constituinte de 1987-8, com o sistema participativo cubano. O massacre de Eldorado dos Carajás foi em Cuba? Cadê o Amarildo? Mais quanto tempo para se saber quem mandou matar Marielle, mulher negra, de origem proletária e ativista de um partido que se proclama anticapitalista? Quando a livre empresa e o pluripartidarismo foram vitais para o aprofundamento da democracia no Brasil? Insistimos no eterno debate sobre a tutela milita ou, de cansaço, mudaremos de assunto?

Até para conduzir suas inflexões táticas nas alianças com outras forças sociais, é importantíssimo que quem se engaja em tentativas de profundas transformações retome o debate sobre as diferentes configurações da democracia assim como entre elas e os diferentes tipos de Estado.

Enfim, apresentamos um outro motivo para analisarmos estas correlações entre democracias liberais e imperialismo. É muito provável que caminemos para um aprofundamento da crise de hegemonia dos EUA, o que poderá acirrar a multipolaridade, inclusive no próprio interior do chamado Ocidente, onde, por sua vez, as democracias liberais dos países imperialistas já não vivem bons momentos.

Até quando os países onde elas vigoram manterão seu acordo de cavalheiros?

Neste momento de fortes crises político-ideológicas, é importante retomar o debate sobre as perspectivas de novas democracias.

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; Unesp, 1996.
- _____; SILVER, Beverly (orgs). *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora UFRJ, 2001.
- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. In: *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 16-39.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *Strategic vision: America and the crisis of global power*. New York: Basic Books, 2012.
- _____. *The grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives*. New York: Basic Books, 1997.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda: a globalização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- JINKINGS, Ivana; DÓRIA, Kim (orgs.). *1917, o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PETRAS, James. Los intelectuales en retirada. *Nueva Sociedad*, n. 107, p. 92-120, 1990.
- POULANTZAS, Nicos. A fase atual do imperialismo e a dominação dos Estados Unidos. In: *As classes sociais no capitalismo de hoje*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 45-74.